



DESPACHO NORMATIVO Nº 01/2014

DONISETE BRAGA, Prefeito do Município de Mauá, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 9.023/2013, e

CONSIDERANDO que a matéria disciplinada pela Lei nº 4.890, de 29 de outubro de 2013, promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal de Mauá, após ter o plenário do Legislativo Municipal derrubado o veto apresentado pelo Poder Executivo, violou a própria sistemática constitucional quando por lei de iniciativa parlamentar pretende dispor sobre a instalação de câmeras de segurança nos ônibus coletivos do município de Mauá;

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Executivo a função de administrar, organizar, dirigir e executar as atividades inerentes ao Poder Público, ainda que mediante concessão do serviço público a ente privado que se incumba da administração direta do bem, cabendo ao Poder Legislativo apenas a indicação de medidas administrativas a título de colaboração e sem força coativa ou obrigatória;

CONSIDERANDO que o Poder Legislativo, ao derrubar o veto, impõe norma que altera o próprio regime de concessão ou de permissão de serviço público, dispondo de maneira autônoma sobre matéria de competência privativa do Poder Executivo, contrastando com o que reza o princípio constitucional da separação dos poderes;

CONSIDERANDO que a jurisprudência tem sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade de leis municipais de iniciativa parlamentar que interferem na gestão administrativa natural do Poder Executivo, por entender que há violação do princípio constitucional da Separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, e constante do art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo, norma de observância obrigatória do município;

RESOLVE:

1. Declaro inconstitucional a Lei Municipal nº 4.890, de 29 de outubro de 2013, promulgada pelo DD. Presidente da Câmara Municipal de Mauá.

2. Nego a eficácia e execução à referida Lei, uma vez que não se coaduna com o sistema constitucional brasileiro.

3. Determino à Secretaria de Assuntos Jurídicos que ingresse no Poder Judiciário com Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Publique-se, registre-se.

Município de Mauá, em 10 de janeiro de 2014.

DONISETE BRAGA
Prefeito